DESAFIOS E APRENDIZAGENS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UM RETRATO DO ENSINO EMERGENCIAL NO PAÍS DURANTE O ANO DE 2021

André Jonathas de Carvalho Félix[1]; Francysco Renato Antunes[2]

[1]Mestrando em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (UPE), andrejfelix@hotmail.com
[2]Doutorando em Geografia (UFPI), ren.antunez@gmail.com

Resumo

A educação é constituída por trajetos e interações complexas voltadas ao alcance de objetivos de ensino. A aprendizagem envolve diferentes agentes, como aluno, professor, família, instituições e sociedade, além de modalidades que não se restringem ao ensino presencial, incluindo o Ensino a Distância (EaD) como suporte pedagógico. A EaD baseia-se no uso de tecnologias para superar barreiras impostas pela distância física. Com o início da pandemia de covid-19 em 2020, o ensino remoto tornou-se realidade no Brasil e no mundo, sendo o foco desta pesquisa. O ensino remoto consiste na realização de atividades expositivas por meio de videoconferência, com acompanhamento de tutores. O objetivo geral foi analisar os desafios e aprendizagens do ensino remoto emergencial na educação brasileira durante a pandemia. Como objetivos específicos, buscou-se descrever o contexto de consolidação dessa modalidade e discutir sua realidade no país. O referencial teórico baseou-se em autores como Gusso (2020), Rocha (2006) e dados da UNICEF (2021). A metodologia adotada foi de natureza exploratória, com abordagem fenomenológica e levantamento bibliográfico em livros, sites e produções acadêmicas. Conclui-se que os desafios e aprendizagens do ensino remoto emergencial foram numerosos e persistem, especialmente no contexto brasileiro, onde indefinições nas estratégias institucionais evidenciam caráter experimental, com resultados mais críticos na educação pública.

Palavras-chave: Ead. Ensino Remoto. Pandemia. Educação.

Introdução

A educação é permeada por caminhos distintos e por complexas interações até se alcançar o objetivo de aprender. As variantes do processo para a aprendizagem incluem a interação entre os sujeitos envolvidos (professor, aluno, componentes da instituição de ensino, família, sociedade), as condições em que o ensino é fornecido e as tipologias em que ele se enquadra, como a de ensino presencial ou a distância, por exemplo. A partir de um espectro de inclusão e eficiência, a educação brasileira atravessou os últimos séculos atrelada ao sinônimo de adaptabilidade, singularidade que se tornou uma característica da área no país.

A modalidade de Educação à Distância (EaD) é uma das tipologias que conquista adeptos e torna o ensino mais acessível a cada dia. A Educação à Distância parte da premissa do uso da tecnologia para o rompimento de barreiras e dificuldades provocadas pela distância física. Por meio de um processo histórico oriundo do advento da revolução cientifica, em meados do século XIX já se abordava o conceito de ações institucionais de universidades

europeias para se educar a distância, e no século XX houve a perpetuação da difusão da EaD em centros europeus e o ensino via rádio passou a ser relevante nos países da América Latina, incluindo o Brasil.

Em terras brasileiras, alguns dos principais marcos foram os cursos profissionalizantes do Instituto Universal Brasileiro na década de 1940 e na década de 1960 a criação de TVs educativas. Logo em seguida, surgiram programas radiofônicos de supletivo lançados pelo MEC na década de 1970, com o Telecurso 2000 como um dos exemplos mais famosos. Atualmente a EaD se tornou um efetivo auxílio ao trabalho das universidades, como iniciativas do Ministério da Educação, como a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, o Programa Pró-Licenciatura e a Universidade Aberta do Brasil - UAB (Rocha, 2006).

A EaD, especialmente a categoria de Ensino Remoto, passou a ser a principal modalidade de ensino no Brasil e no mundo, após a Organização Mundial da saúde (OMS) elevar a epidemia de coronavírus ao status de pandemia, no dia 11 de março de 2020. O vírus, que provoca a doença chamada covid-19, teve origem no fim de 2019 em Wuhan, na China, e rapidamente se propagou para o restante do mundo (Oliveira, 2020).

Como medida para impedir a rápida propagação do vírus, o comercio, áreas abertas e fechadas de lazer e centros religiosos, por exemplo, precisaram ser fechados (ou passaram a ter redução nos horários de funcionamento, dependendo do enquadramento como atividade essencial ou não essencial). Essas práticas passaram a ser reavaliadas de tempos em tempos, após avaliação sobre os níveis de contaminação e de internações de pacientes com quadros graves da doença.

As instituições educacionais, como escolas e universidades, foram os setores com medidas mais restritas em relação a pandemia, pois mesmo com a melhoria na situação da propagação da covid-19, precisaram ficar sem nenhum funcionamento presencial que contasse com a presença de alunos. Com essas providências a EaD e especialmente o Ensino Remoto se tornaram a principal modalidade de educação no mundo inteiro, com milhões de estudantes acompanhando as suas aulas de dentro de seus computadores e celulares, sem a necessidade de sair de casa.

Com base nos argumentos apresentados e levando-se em conta a complexa realidade educacional do Brasil, levantou-se como problema central dessa pesquisa: quais os principais desafios e as aprendizagens durante o uso do Ensino Remoto Emergencial no país durante o período da pandemia de covid-19?

Levantou-se como hipótese que os principais desafios enfrentados são as dificuldades de acesso oriundas da falta de internet, computadores e celulares, por exemplo, pois parcela significativa da população estudantil não teria oportunidade de acessar conteúdos e plataformas de maneira frequente. As aprendizagens durante o Ensino Remoto seriam voltadas para a formatação contínua de conteúdos próprios para um ensino em EaD e para a facilitação do acesso a esses conteúdos, beneficiando alunos que tenham mais dificuldades.

A pesquisa possui relevância pela necessidade de investigações sobre os fenômenos oriundos durante a pandemia de covid-19, com analise especifica para o ano de 2021, e no caso, uma imposição que formatou o modo como o mundo faz e perpétua a sua educação. O ano de 2020 foi um marco inicial para compreender que o mundo precisará moldar a sua organização social, com o intuito de sobreviver e não parar de funcionar. Esse aspecto de dinâmica e de readaptação é capaz de produzir debates científicos ricos sobre a sociedade, com olhares sensíveis a discutir questões pertinentes que estão enraizadas nos cotidianos das pessoas.

O percurso metodológico utilizou a pesquisa exploratória para atingir os objetivos propostos, pois é uma técnica que permite maior proximidade com o objetivo investigado. Este tipo de pesquisa tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (Gil, 2007).

Além disso, a investigação dialoga com a perspectiva metodológica de Prodanev e Freitas (2013), ao considerar a importância da organização científica dos métodos e técnicas de pesquisa, bem como com abordagens que valorizam a compreensão dos fenômenos em seus contextos, conforme discutido no método fenomenológico, e com reflexões contemporâneas sobre educação e análise de contextos sociais, como em Gusso et al. (2020) e Rocha (2006).

A investigação utilizou o método fenomenológico, buscando compreender sentimentos e pensamentos expostos identificados pelo fenômeno. Segundo Prodanev e Freitas (2013) o método fenomenológico demarca aspectos elementos essenciais e intrínsecos do fenômeno, sem excluir deduções ou empirismos, buscando a compreensão da situação por meio da intuição, visando o dado, o fenômeno, não importando sua natureza real ou fictícia.

A coleta e análise dos dados foi realizada através do procedimento técnico de pesquisa bibliográfica em livros, sites e outros tipos de produções acadêmicas. As fontes de notícias

foram selecionadas com cautela, prezando pela objetividade e imparcialidade dos fatos relacionados a pandemia de covid-19. As fontes utilizadas para a sessão sobre a análise do ensino remoto no Brasil tiveram como critério terem sido publicadas em 2020 e 2021, escolhidas pelos autores por possuírem análises concisas sobre Ensino Remoto no país, EaD e o ensino no Brasil, todos fenomenologicamente relacionados ao período da pandemia.

O objetivo geral do trabalho foi analisar os desafios e aprendizagens do Ensino Remoto Emergencial para a educação brasileira durante o período da pandemia de covid-19. Já os objetivos específicos foram descrever o contexto de consolidação do Ensino Remoto Emergencial durante a pandemia e discutir a realidade do Ensino Remoto Emergencial no Brasil durante a pandemia de covid-19.

A Pandemia de Covid-19 e o Ensino Remoto

No final de 2019, uma doença respiratória aguda emergiu na China e se expandiu para o mundo, ficando conhecida como COVID-19. O surto foi causado por um novo tipo de coronavírus, denominado SARS-CoV-2. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) enquadrou a doença como pandemia quando esta foi reportada em 114 países, com 118 mil casos e 4.291 óbitos até aquele momento (Zhu et al., 2020).

Por ser uma doença infecciosa, viral, de fácil contaminação pelas vias aéreas (tosse, espirro, gotículas de saliva, catarro) e contato com superfícies contaminadas através do toque (seguido de contato com as mucosas nasais, bucal ou ocular), especialistas na área de saúde e autoridades internacionais passaram a recomendar as estratégias de higiene constante das mãos e o isolamento social como formas de prevenir a contaminação em larga escala (Monteiro et al., 2020).

Aproximadamente no dia 20 de março de 2020, as três esferas de poder (municipal, estadual e federal) decretaram que qualquer atividade que gerasse aglomerações deveria ser suspensa, com exceção do que fosse considerado como serviço essencial, como farmácias, padarias, supermercados e hospitais, por exemplo. Buscando evitar aumento em leitos de UTI que ocupasse 80% das vagas, áreas abertas e fechadas de lazer, academias, shoppings, centros religiosos, comercio e as instituições pararam de funcionar, retornando posteriormente após avaliação sobre os níveis de contaminação (Agência Brasil, 2020).

A consolidação do ensino remoto ocorreu em meio a interrupção das atividades presenciais de 91% dos estudantes do mundo (UNESCO, 2020). Um mês após ser decretada a pandemia de covid-19 no mundo, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Comitê

Operativo de Emergência do Ministério da Educação (COE – MEC), e através da Portaria n. 343/2020 (alterada pelas Portarias n. 345/2020 e n. 395/2020) e uma Medida Provisória (n. 934/2020), autorizando a substituição das aulas presenciais pelas aulas transmitidas por meios digitais (exceto estágios, práticas de laboratório e, para os cursos de Medicina, os internatos) (Brasil, 2020). Também foi autorizada a flexibilização dos dias letivos, mantendo a carga mínima dos cursos. Esse conjunto de documentos permitiu o uso de meios digitais e tecnológicos para a manutenção da educação no Brasil, suspendendo atividades presenciais por aulas transmitidas por vias digitais.

A realidade do Ensino Remoto no Brasil

O Ensino Remoto, seja em estado emergencial ou já adaptado, constitui a utilização de atividades expositivas por sistema de videoconferência. É importante ressaltar que o conceito de Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi o escolhido para ser trabalhado nesse artigo em razão de análises prévias da realidade brasileira e em muitos casos mundial, pois até o momento da escrita deste trabalho percebeu-se que a fase de improvisação e de problemas de planejamento institucional ainda existem, especialmente nas escolas e instituições de ensino superior públicas. No Ensino Remoto Adaptado (ERA), problemas de estrutura como os meios de acessibilidade dos alunos e o uso de uma internet de qualidade, já não estariam mais em debate.

Passado o período de estranhamento do Ensino Remoto como principal modalidade de aprendizagem em tempos de pandemia, é importante discutir e refletir sobre essa nova realidade e entender como o presente e o futuro da educação serão afetados. O senso de urgência em se adaptar a acompanhar aulas online, além de precisar aprender o conteúdo, é uma das principais dificuldades relatadas por alunos que precisaram formatar a maneira como estudam.

Em matéria do site G1, foi abordado a necessidade de acelerar o processo de aprender mais e em menos tempo, vinculando atividades cotidianas de casa com a necessidade de assistir aulas pela internet.

> "Deixo a aula aberta e vou cozinhando ou limpando a casa. Quando é uma parte menos importante, acelero mais. Se precisar, pauso para fazer alguma anotação", conta Carolina Fonseca, aluna de design da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)" (...) "Estou trabalhando muito mais na pandemia e tenho pouco tempo livre. Até quando vejo filme, acabo deixando mais rápido. Acho que existe uma urgência de querer participar de tudo, de estar por dentro de tudo" (Tenente, 2021).

O trecho da matéria expõe um sintoma do mundo moderno e da globalização: a necessidade de acompanhar e consumir tudo em menos tempo. A pesquisadora Andrea Jota, da PUC-SP, argumenta que entre as razões para esse aumento da velocidade estão a maior exposição em tempo de tela, a própria dificuldade de adaptação para o virtual e a ilusão da otimização do tempo. Segundo ela, os principais resultados para os alunos seriam a perda de foco, perda das minucias da comunicação, provável dificuldade de reaprender a conviver socialmente e a ter paciência (Tenente, 2021).

O ponto central dessa questão é que a EaD é uma opção de ensino para quem possui pouco tempo para aulas presenciais e busca um método mais flexível para estudar. A pandemia apresentou uma nova realidade para milhões de pessoas, em que a educação remota se tornou o único meio para acompanhar a escola, a universidade e demais instituições de ensino. Mesmo com a necessidade de cumprimento de carga horária e de metas, a flexibilidade pode continuar como aspecto central de qualquer modalidade a distância, enriquecendo a sua experiencia com a utilização de recursos digitais inclusivos e interativos para ajudar na aprendizagem de todos os envolvidos.

Em uma outra perspectiva tão (ou mais) complexa quanto a adaptação ao ensino online, é importante destacar o problema que muitos alunos enfrentam durante a pandemia: alunos que não possuem computadores, celulares ou internet para acompanhar os estudos. Em maio de 2021, a BBC investigou a realidade de crianças da cidade de São Paulo, a mais rica do Brasil, e encontrou casos e números críticos, como de Denise (nome fictício).

> Toda terça-feira, Denise, de 9 anos, acorda, pega o celular e começa a estudar online. Este é o único dia da semana que ela tem essa oportunidade porque é o dia de folga da mãe. O motivo é que a mãe, de 26 anos, é a única da casa que tem um smartphone. Principal fonte de renda de uma família numerosa, ela disse que não tem condições de comprar um celular, tablet ou computador para a filha estudar nos outros dias da semana. "Eu até cogitei comprar um telefone para ela, mas eu recebo um salário-mínimo e pago quase R$ 200 só de luz. Eu compro o celular ou comida. O celular mais simples não custa menos de R$ 500, fora a internet. Hoje, nossa prioridade é ir no mercado para repor o que precisa", afirmou à BBC News Brasil. Esse caso ocorre na maior e mais rica cidade do Brasil, mas ilustra o que atinge o país inteiro, segundo especialistas ouvidos pela reportagem. Mesmo depois de mais de um ano do início da pandemia causada pelo coronavírus, professores de escolas públicas dizem que ainda não há uma estrutura adequada para os alunos aprenderem à distância (Souza, 2021).

O caso exposto demonstra o amadorismo da implementação do ensino remoto no Brasil por causa da pandemia. Os mais atingidos em situações como essa sempre serão os mais vulneráveis, que não podem parar de trabalhar em meio a números altos de casos de

covid-19, e que não possuem meios de proporcionar meios minimamente dignos para suas crianças poderem estudar.

Segundos dados do Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), divulgados por relatório em abril de 2021, no mês de novembro de 2020 cerca de 1,5 milhão de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos não frequentavam a escola (remota ou presencialmente) no Brasil. Em outro cenário ruim, 3,7 milhões de estudantes matriculados não tiveram acesso a atividades escolares e não conseguiram estudar em casa. No total, 5,1 milhões tinha acesso à educação. Entre essas crianças e adolescentes sem educação, 41% tinham de 6 a 10 anos de idade; 27,8% tinham de 11 a 14 anos; e 31,2% tinham de 15 a 17 anos. Em São Paulo, 667 mil estudantes de 6 a 17 anos ficaram sem estudar em 2020, o que representa 9,2% das crianças e adolescentes em idade escolar no Estado (UNICEF, 2021)

Os dados apontam falhas nas estratégias de acompanhamento dos alunos e das aulas. Os casos representados por números tão preocupantes induzem a sociedade a trabalhar com a ideia de perdas contínuas decorrentes da pandemia, já tão significativa pela quantidade de mortos em decorrência da doença, e que se torna habitual no cotidiano das pessoas pela quantidade de empreendimentos que fecharam as portas, que perderam empregos e que no caso da educação, por alunos que não tiveram acesso as aulas, ou que tiveram e não conseguiram ter uma aprendizagem relevante.

Gusso et al. (2020) aborda variáveis necessárias para ajudar a produzir conhecimento, levando em consideração a situação de ensino remoto para alunos e professores.

> Algumas dessas variáveis são: proporção entre quantidade de computadores disponíveis e quantidade de pessoas que necessitam utilizá-los para trabalho ou estudo; repertório de professores e estudantes para manejo da plataforma de ensino; características do ambiente de trabalho e estudo; tempo disponível do estudante para participar das aulas; expectativas que cada pessoa envolvida no processo de ensino-aprendizagem possui em relação a esse processo; objetivos de aprendizagem possíveis de serem ensinados em cada disciplina e a distância; condições dos professores para planejar e implementar as condições do ensino; e condições dos professores para avaliar a aprendizagem dos estudantes. Certamente, muitas outras variáveis são relevantes. Para descobri-las, é importante que o gestor educacional envolva diversos agentes da instituição, como especialistas, representantes de áreas acadêmicas e de infraestrutura, além da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição (Gusso et al., 2020, p. 18).

A síntese apresentada por Gusso ajudam a idealizar um cenário em que a educação pode funcionar como agente de transformação para alunos, professores e para a sociedade. Entretanto, essas ideias são distintas da realidade educacional do Brasil, que em pleno período

de pandemia teve corte de 2,7 de bilhões no orçamento do Ministério da Educação no ano de 2021 (Rodrigues, 2021).

Medidas como essa contribuem para entender que a realidade da educação no país é complexa e sempre precisará de mais atenção, investimento e dedicação, não apenas dos alunos e dos já tão pressionados professores, que se desdobram nas instituições públicas e em casa, criando rotinas quase impossíveis de conciliar. Para se atingir o ideário de vivência cotidiana e equilibrada, defendida por Paulo Freire, é necessário utilizar mecanismos em que os agentes componentes da educação tenham valores condizentes com a sua capacidade de interferir no processo, incluindo nisso o papel do estado como orientador do direcionamento a ser seguido por todos.

Conclusão

A pandemia de covid-19 obrigou a sociedade a se adaptar e a seguir novas regras de convívio baseadas no distanciamento social e no cumprimento de normas de higiene para a não proliferação rápida da doença. A distância física entre as pessoas foi o contraponto da aproximação permitida por mídias digitais e online, principalmente no meio educacional, maneira encontrada para dar continuidade a aulas e cursos que antes eram integralmente presenciais.

Em meio a esse contexto e a análise dos argumentos apresentados, se concluiu que os desafios e as aprendizagens para o ensino remoto emergencial durante a pandemia foram e ainda são inúmeros. Na realidade da educação brasileira é importante frisar as indefinições das estratégias institucionais de educação, principalmente pelo caráter de teste que escolas e universidades adotaram, fato que piora quando se trata do ensino público e das dificuldades já existentes nele. Esses tipos de incertezas geram um efeito dominó negativo em alunos, professores e nas coordenações, por exigir rotinas mais desafiadoras e complexas para o aprendizado. Muito tempo em frente a uma tela, aulas que podem ser aceleradas e a dificuldade no foco do conteúdo podem tornar esse tipo de ensino a distância em tarefa árdua e ingrata.

O ensino remoto se consolidou e virou realidade em meio a dificuldades dos alunos em ter acesso a essas aulas, seja por falta de celular que suporte acompanhar as plataformas de ensino, de um computador ou por falta de internet para isso. Viver em uma sociedade globalizada, com nuances de modernidade e interligação tecnológica não significa que todos têm acesso mínimo a condições básicas de usar a web. A urgência em resolver esses problemas

ficou mais evidente desde o ano de 2020, pois pior que as dificuldades em se adaptar ao ensino remoto é não ter a possibilidade de conhecer esse mundo de inclusão educacional e social. A boa educação transforma vidas, e não usufruir disso transforma negativamente, pois sem integração educacional não existem oportunidades.

Cabe principalmente ao estado brasileiro, o formulador das políticas públicas da educação, se responsabilizar pela gestão dos recursos e pela mediação da aplicação dessas políticas nas escolas, universidades e instituições de ensino. Aos pais, professores, sujeitos envolvidos com a área da educação e a sociedade civil, cabe cobrar os gestores e organizações responsáveis. O ensino por EaD, remoto ou híbrido já é uma realidade cada vez mais próxima e é dever de todos refletir sobre seus pontos positivos e negativos, contribuindo para que barreiras e dificuldades possam ser sanadas com o tempo.

Referências

Agência Brasil. Veja as medidas que cada estado está adotando para combater a COVID-19. **CNN**. São Paulo, 28 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/03/28/veja-as-medidas-que-cada-estado-esta-adotando-para-combater-a-covid-19/>. Acesso em 05 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 188, de 03 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV). **Diário Oficial da União**, ed. 24-A, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 04 fev. 2020. Disponível em: <http:// www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em 06 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n. 329, de 11 de março de 2020. Institui o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação - COE/MEC, no âmbito do Ministério da Educação. **Diário Oficial da União,** ed. 49, seção 1, Brasília, DF, p. 165, 12 mar. 2020. Disponível em: <http:// www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-329-de-11-de-marco-de-2020-247539570>. Acesso em 08 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**, ed. 53, seção 1, Brasília, DF, p. 39, 18 mar. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em 08 mar. 2026.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. Medida Provisória n. 934, de 01 de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do Ensino Superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**, ed. 63-A,

seção 1, Brasília, DF, p. 1, 01 abr. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medidaprovisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em 08 mar. 2026.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 192p.

GUSSO, H. L. *et al*. Ensino Superior Em Tempos De Pandemia: Diretrizes À Gestão Universitária. **Educação & Sociedade**, 41, 1-26. Setembro, 2020.

MONTEIRO, N.; AQUINO, V.; PACHECO, S.; SCHENEIDERS, L. Saúde anuncia orientações para evitar a disseminação do coronavírus. **AGÊNCIA BRASIL**. Brasília, 21 de mar. 2020. Disponível em: < https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46540-saude-anuncia-orienta>. Acesso em 08 mar. 2026.

OLIVEIRA, P. I. de. Organização Mundial da Saúde declara pandemia de coronavírus. **AGÊNCIA BRASIL**. Brasília, 11 de mar. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em 22 fev. 2026.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277p.

ROCHA, E. F. EaD e a convergência digital**. Associação Brasileira de Educação à Distância**. Belo Horizonte, 10 mar. 2006. Disponível em: <http://www2.abed.org.br/visualizaDocumento.asp?Documento_ID=131>. Acesso em 22 fev. 2026.

RODRIGUES, B. Educação é a pasta que vai ter maior bloqueio de despesas no orçamento. **CNN**, Brasília, 23 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/04/23/contingenciamento-atinge-educacao-defesa-e-estatais>. Acesso em 09 mar. 2026.

SOUZA, F. Ensino remoto na pandemia: os alunos ainda sem internet ou celular após um ano de aulas à distância. **BBC News**. São Paulo, 03 mai. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56909255>. Acesso em 09 mar. 2026.

TENENTE, L. Em tempos de ensino remoto, estudantes assistem aos vídeos dos professores na velocidade 2x para encurtar aula. **G1**. São Paulo, 17 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/17/em-tempos-de-ensino-remoto-estudantes-assistem-aos-videos-dos-professores-na-velocidade-2x-para-encurtar-aula.ghtml>. Acesso em 08 mar. 2026.

UNICEF. Cenário da exclusão escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na educação. **Relatório**. Cenpec Educação, 2021. 58p.

ZHU N, ZHANG D, WANG W, LI X, YANG B, SONG J, et al. **A novel coronavirus from patients with pneumonia in China**, 2019. N Engl J Med [Internet]. 2020 Feb [cited 2020 Mar 4];382:727-33. Disponível em: <http://doi.org/10.1056/NEJMoa2001017>. Acesso em 08 mar. 2026.